NOTAS E TRANSCRIÇÕES

COSME FERREIRA FILHO

COSME FERREIRA FILHO se apresenta como portador do maior cabedal de estudos e proposições sôbre problemas da economia amazônica nestes últimos 30 anos. Através do grande jornal **O País**, do Rio de Janeiro, em 1928, lançou seu primeiro apêlo à Nação, visando a estabelecer condições para que a borracha e com ela a Amazônia, não viesse a sofrer o triste colapso que a desconceituou na economia do País. Desde essa época estimam-se por mais de 300 os trabalhos de COSME FERREIRA FILHO, em defesa da economia do Estado e da região, entre artigos de imprensa, discursos, conferências, teses, projetos, livros e monografias.

Cargos e funções exercidos:

— Deputado Estadual (1935);
— Deputado Federal (1946-1950);
— Diretor Técnico da Associação Comercial do Amazonas que reorganizou e à qual imprimiu invulgar projeção e eficiência (1932-60);
— Fundador e Presidente da Companhia Nacional de Borrachas e Companhia Brasileira de Plantações;
— Membro da Academia Amazonense de Letras;
— Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas;
— Membro da Associação Blasileira de Municípios;
— Membro da Associação Brasileira e da Associação Amazonense de Imprensa;
— Vice-Presidente da Delegação Brasileira à Reunião Internacional Para Estudo dos Problemas da Agricultura nos Solos Úmidos da América Latina — Maio-Junho de 1966;
— Secretário de Produção no atual Govêrno (até 11-9-66);

Quando deputado federal COSME FERREIRA FILHO apresentou nove importantes projetos de interêsse regional e do Estado, dentre os quais se destacam os seguintes:

— Prorrogando o regime de monopólio estatal da borracha (Lei n.º 86), aprovado através de substitutivo da Comissão Parlamentar de Valorização da Amazônia, da qual foi porta-voz no Plenário da Câmara Federal;
— Concedendo gratuidade de transporte aos trabalhadores e suas famílias que se destinassem aos seringais da Amazônia (representado pelo deputado Aluísio Ferreira — 1951);
— Autorizando a organização de 26 seringais-escola nos Estados do Amazonas, Pará, Mato Grosso e Territórios do Acre e Rondônia;
— Autorizando o Govêrno Federal a fomentar, por intermédio do Banco de

Crédito da Amazônia e Institutos Agronômicos Regionais o plantio da seringueira;
— Proposição de normas para execução do Plano de Valorização Econômica da Amazônia;
— Modificando o Decreto-Lei n.º 5 798, para dar regulamentação específica à navegação fluvial e lacustre;
— Criando uma Estação Experimental do Guaraná em Maués.

Monografias e livros publicados:

— "Em defesa da borracha silvestre sul-americana" (1928);
— "Notas parlamentares sôbre a Constituinte Amazonense" (1938);
— "Borracha — problema brasileiro" (1938);
— "Problemas da Amazônia", (1940);
— "A Borracha na economia Amazônica" (1952);
— "Novas bases para a política econômica da borracha", (1953);
— "Novos ângulos do problema amazônico", (1954) — Conferência para os estagiários da Escola Superior de Guerra;
— "Economia da Produção" — Idem;
— "Amazônia em Novas Dimensões", (1961);
— "Porque Perdemos a Batalha da Borracha" (1965);
— "Fronteiras do Desenvolvimento" — Manaus, (1967).

Torna-se impossível devido ao seu volume e diversificação, detalhar os demais trabalhos de COSME FERREIRA FILHO em prol do desenvolvimento do Amazonas, contados, como se disse, por número superior a 300. Cumpre, entretanto, realçar o grande ensaio agrícola e de natureza social que vem realizando através da Companhia Brasileira de Plantações, considerado por cientistas e economistas, dentre êles o grande botânico ADOLFO DUCKE, a maior experiência de Agricultura Tropical existente na Amazônia.

LEGADO CULTURAL DO PROF. RENATO BRAGA

F. S. NASCIMENTO

Por iniciativa do prof. Renato Braga, inaugurava-se, em 1953, com a denominação de **Centro de Divulgação Universitária**, "um movimento editorial inédito na história das letras do Ceará", cujos objetivos consistiam em promover e estimular a produção de estudos e pesquisas, em nosso Estado, notadamente sôbre temas nordestinos.

Abriu a série de "Estudos e Ensaios", dessa biblioteca de Cultura, o trabalho do prof. Josaphat Linhares, intitulado **O Processo Inflacionário no Brasil**, seguindo-se, como publicação número 2 da coleção, o livro **Plantas do Nordeste, Especialmente do Ceará**, da autoria do prof. Renato Braga.

Discípulo do prof. Dias da Rocha, em cujo convívio sentiu despertar-lhe o interêsse pela fisionomia vegetal do Ceará, desde então passará a estudar, especulativamente, os fenômenos relacionados com a nossa paisagem física, detendo-se, sobretudo, nos aspectos mais característicos da nossa atormentada natureza

Essa obra, posteriormente reeditada com as necessárias achegas impostas pelo incansável pesquisador, constitui sem dúvida, a melhor contribuição aos modernos estudos botânicos no Nordeste, pelo que se recomenda não só ao aperfeiçoamento curricular das nossas escolas de agronomia, como também às investigações mais aprofundadas sôbre a paisagem florística do Polígono das Sêcas.

O historiador já firmado no meio, graças à publicação de estudos originais insertos nas páginas da **Revista do Instituto do Ceará** e de outros órgãos culturais do País, consolidava o seu prestígio no gênero, em 1962, com o aparecimento da sua **História da Comissão Científica de Exploração.**

Valendo-se de farto documentário, na maioria inédito, nesse valioso relato sôbre a chamada "Comissão das Borboletas" o prof. Renato Braga historia e analisa tôdas as fases dessa expedição, destacando o papel desempenhado pelol seus componentes mais ilustres: Francisco Freire Alemão, Guilherme Capanema, Manuel Ferreira Lagos, Raja Gabaglia e Gonçalves Dias.

Atraído sempre pelos grandes temas nordestinos, é provável que ao entregar ao público sua **História da Comissão Científica** já tivesse em mente o prof. Renato Braga a execução de uma obra muito mais audaciosa, a desenvolver-se em vários tomos, na qual fôsse arrolada tôda a toponímia cearense atual, com os seus milhares de verbêtes històricamente justificados.

Após dois anos de trabalho, oferecia, o prof. Renato Braga, uma mostra de sua projetada obra, ao lançar, sob o patrocínio da Universidade Federal do Ceará, o tomo I do seu **Dicionário Geográfico e Histórico do Ceará.** Em 1967, num volume de quase 500 páginas, era dado a lume, pela Imprensa Universitária do Ceará, o tomo seguinte, letras **b** e **c**, ao mesmo tempo em que anunciava o seu autor o breve aparecimento do tomo III, letras **d a j**, dessa enciclopédia cearense.

Gênero inaugurado em nosso Estado, no século passado, por Tomás Pompeu de Sousa Brasil, com o seu **Dicionário Topográfico e Estatístico da Província do Ceará** (Rio de Janeiro, Eduardo e Henrique Laemmert, 1861, 90 p.), só muito mais tarde seria conhecido em nosso meio outro trabalho de idênticas características. Referimo-nos ao **Dicionário Geográfico e Descritivo do Estado do Ceará**, de Álvaro Gurgel de Alencar, que o editor Louis C. Cholowski lançava, em 1903, pela sua Tipografia Moderna e que a Tipografia Minerva o reestamparia, em 1939, numa edição definitiva. Mais restrito a uma sub-região, Pedro Ferreira publicava, nesse mesmo ano, o seu **Dicionário Histórico e Geográfico de Ibiapaba.**

Ao projetar a realização de uma obra em dimensões maiores do que aquelas escritas por Tomás Pompeu de Sousa Brasil, Álvaro Gurgel de Alencar e Pedro Ferreira, dáva-nos o prof. Renato Braga mais um testemunho da sua operosidade intelectual, propondo-se fazer aquilo que só seria possível executar através de uma equipe de pesquisadores. Trabalho de proporções ciclópicas, o **Dicionário Geográfico e Histórico do Ceará** ganhava, assim, as características de enciclopédia dos fatos históricos e dos fenômenos fisiográficos do nosso Estado, tornando-se digno de ser lido e compulsado por quantos se dedicam ao estudo dessas disciplinas.

Em seu **Dicionário**, tomos I e II o prof. Renato Braga procurou averbar e estudar os mais diversos aspectos da formação geográfica do Ceará, demorando-se, particularmente, nos fenômenos geofísicos, na estrutura econômica e na própria história de cada cidade ou comunidade dicionarizada. Ao relacionar, por exemplo, o verbête "Abaiara", assim escreveu o prof. Renato Braga: "Abaiara" — Topônimo registrado pelo pe. Luís Figueira na **Relação da Missa do Maranhão**, com o qual os Tupi da Sa. da Ibiapaba designavam certo lug. ao sopé da mesma. Ali estêve o primeiro jazigo do pe. Francisco Pinto trucidado pelos Cariríju, na manhã de 11.1.1608, quando se preparava para abandonar a Ibiapaba em busca do mar, fugindo à insídia dêsses selvagens. Após o morticínio, o pe. Luís Figueira transportou o corpo do inditoso companheiro de jornada evangélica para o pé da serra e o enterrou "em hu logar q'particularmente se chama Abayara ao longo de hu rio dentro de hu mato". A cova, assinalada por um monumento de pedras sôltas e uma cruz à cabeceira, ficou entre as dos dois índios que morreram em defesa do padre. O sepultamento deu-se em um ponto qualquer da vertente nordeste da Ibiapaba, talvez mesmo um pouco para o norte, junto a uma das veredas abertas pelos índios nas suas comunicações da montanha com a praia, ou melhor, com o Camucim".

Sem medir esforços para reunir, numa obra totalizante, os fatos mais diversos ligados ao devassamento e à consolidação dos nossos domínios territoriais, pôde o prof. Renato Braga, em sínteses precisas e objetivas, oferecer-nos subsídios da mais alta significação para o conhecimento e a divulgação, não só das origens dos nossos topônimos, como também dos fundamentos econômicos e sócio-culturais da civilização sertaneja. Daí revestir-se o seu livro de maior importância do que o **Dicionário Topográfico e Estatístico** de Tomás Pompeu de Sousa Brasil.

Em sua linguagem abreviada, fazia-se o prof. Renato Braga necessàriamente

pródigo nos informes elucidativos de cada verbête, enumerando e descrevendo, dêsse modo situação física, os limites, a superfície, a formação vertical, a hidrografia, o solo, a vegetação, o clima, as vias de comunicação, a lavoura, o comércio, a formação administrativa etc. Afora êsses elementos informativos, substanciava e enriquecia o seu trabalho com estudos de alto valor, firmados sempre pelas figuras mais representativas das cidades dicionarizadas.

Homem permanentemente voltado para o documento histórico, não perdia o prof. Renato Braga o ensejo de vulgarizar uma boa notícia aprendida dos nossos grandes pesquisadores do passado. Graças a êsse modo de proceder, tornaram-se conhecidas dos nossos jovens estudiosos de geografia regional, informações como esta sôbre a formação histórica do Acaraú: "O Barão de Studart deu guarida à velha tradição de que os fundadores e primeiros habitantes do Acaraú eram pescadores vindos do Sul, atraídos pela fartura dos barcos pesqueiros, como o foram os índios que perambulavam por essas paragens. A princípio situaram-se em plena costa no lugar denominado Presídio, refluindo mais tarde para local mais bem abrigado, ao fundo do delta do rio, justamente no sítio onde se ergue a cidade."

"A êsses pescadores — adiantava o historiador — vieram juntar-se os criadores, que, dos fins do século 17 e começos do 18, estabeleceram-se com os seus gados na ribeira do Acaracu. Pescadores e criadores foram, por conseguinte, os primeiros habitantes do Acaraú. Alguns dêles, talvez pescadores e criadores ao mesmo tempo, como ainda hoje existem no litoral cearense. Donos de currais de gado e currais de pesca. Donos de bois e de jangadas. O núcleo inicial, assentado na Barra do Acaracu, viveu anônimamente certo tempo. Depois, por servir de ancoradouro às embarcações que demandavam o rio, tomou o nome do Pôrto dos Barcos do Acaracu..."

Historiador precavido e isento de simpatias comprometedoras, sabia usar o documento como valor intrínseco, capaz de exprimir por si só a verdade histórica. Assim procedeu com relação ao "Caldeirão" do famoso beato José Lourenço (Dic. t. II, pág. 183 e segs.) que, oferecidas as necessárias informações sôbre essa "estranha comunidade", preferiu pôr em confronto dois relatos da época: o do então tenente José Góes de Campos Barros ("Ordem dos Penitentes") e o da autoria de José Alves de Figueiredo ("O Beato José Lourenço e sua Ação no Cariri").

Empreendimento dos mais arrojados já tentados por um intelectual cearense, o **Dicionário Geográfico e Histórico do Ceará** apresenta-se como uma das melhores contribuições ao estudo da nossa toponímia e dos demais aspectos ligados à nossa formação geográfica e histórica. Mirando-se na obra pioneira de Tomás Pompeu de Sousa Brasil, o prof. Renato Braga teve a seu mérito o descortino de novos horizontes do gênero que se propôs desenvolver. Pena que, com o seu inesperado desaparecimento, venha essa obra sofrer solução de continuidade, em prejuízo daqueles que, no Brasil e no exterior, acompanhavam os resultados de tão inestimável emprêsa.

("Boletim da Universidade Federal do Ceará", vol. XIII ,n.º 3. Maio-Junho, 1968).

O CENTENÁRIO DE ASSIS BEZERRA

CARLYLE MARTINS

No dia 16 de agôsto em curso transcorreu o primeiro centenário de nascimento de um dos homens de bem do Ceará de outrora, paradigma de honestidade e rigidez de costumes, que percorreu os caminhos da vida, deixando a sementeira da bondade e do dever.

Refiro-me a Francisco Assis Bezerra de Menezes, filho de Antônio Bezerra de Menezes e D. Maria de Nazareth Almeida e Castro Bezerra, nascido na cidade de Baturité no dia 16 de agôsto de 1869, cuja existência foi sempre plasmada nos ditames da moral cristã e do trabalho eficiente.

Casado com sua prima d. Maria Cristina Saraiva Leão, senhora de acrisoladas virtudes, houve dêsse enlace prole numerosa e sadia, que lhe soube enaltecer e dignificar o nome, numa seqüência merecedora de elogios.

Em tempos idos, residiu êle em Quixeramobim e em Pedra Branca, transferindo-se depois para Fortaleza, onde em março de 1892 se associou à Tipografia Minerva, de Gualter Rodrigues da Silva, antigo livreiro e homem de grande prestígio social, cujo nome não foi ainda esquecido. Seis anos depois, ou seja, em 1898, com a morte daquele, referido estabelecimento gráfico foi adquirido por Assis Bezerra pela importância de dois contos e oitocentos mil réis, moeda então corrente, tendo-se encarregado da transação a viúva do falecido proprietário d. Isabel Rodrigues da Silva, conhecida por d. Biluca, a quem tive ensejo de ver, certa vez, nos meus tempos de menino em casa de minha tia Adelaide de Figueiredo Sampaio, já falecida, na Rua General Sampaio n.º 95 (antigo).

Funcionava então a Tipografia Minerva na Rua São Paulo, entre Major Facundo e Barão do Rio Branco, mudando-se depois para a Rua Major Facundo, lado do sol, entre as Ruas Senador Alencar e São Paulo, nas imediações do atual Armazém do Norte. Ali tive ocasião de falar com Assis Bezerra, relativamente a um serviço gráfico do meu interêsse.

Em 1928, Moacir Bezerra comprou a Francisco Moreira de Azevedo, ambos de saudosa memória, pela quantia de cinqüenta contos de réis, como outrora se dizia, o prédio onde hoje funciona a Tipografia Minerva, sendo que, com a morte de Assis Bezerra, a 10 de julho de 1945, passou a firma a ser dirigida pelos seus filhos, sendo que hoje dela são proprietários Cauby Bezerra de Menezes e Pedro Jorge Furtado de Menezes. Contam os mesmo com a cooperação salutar e eficiente de Antenor Bezerra de Menezes, um dos moços dignos da terra cearense, de Paulo Furtado e de outros elementos que contribuem para a boa marcha dos trabalhos, sejam balconistas, encarregados de obras e operários, todos formando um conjunto disciplinado e laborioso.

Francisco Assis Bezerra de Menezes prstou um glande serviço ao Ceará, legando-lhe um estabelecimento gráfico de organização moderna, de cujos prelos desde épocas recuadas, têm saído obras de incontestável merecimento, da autoria de Antônio Sales, Álvaro Martins, Antônio Bezerra, Antônio Theodorico da Costa, Barão de Studart, Rodrigues de Carvalho e outros corifeus das letras cearenses, sem falar nos livros da autoria das gerações hodiernas.

Honra seja feita pois à memória dêsse homem de bem, católico dos mais convictos e vicentino devotado, cuja existência constituiu trajetória brilhante entre a família e o dever, a honestidade e o civismo.

Tivesse êle vivido nos áureos tempos de Plutarco, seu nome, por certo, teria sido incluído na sua galeria gloriosa.

("Unitário", 21.VIII.69).

AS MINAS DO IPU

OSWALDO ARAÚJO

As minas de ouro do Município de Ipu, assunto ora em evidência, têm sido objeto de estudos desde o meado do século passado. Àquele tempo, reza a tradição, um prêto velho, escravo africano, com prática de "faiscador", revelou a ocorrência do precioso metal nas terras marginais dos riachos Ipuçaba e Juré. Êsse prêto velho, conhecido em Ipu pela alcunha de Pai Fulô, vendia o produto que conseguia apurar em batéia, aos ourives do lugar. Ouvi do saudoso farmacêutico conterrâneo Thomaz Corrêa que o pe. Francisco Corrêa de Castro e Silva, àquela época vigário em Ipu, mandara fazer um par de fivelas de ouro para os seus sapatos eclesiásticos, com o ouro que lhe presenteara Pai Fulô.

O Dr. Eusébio de Sousa, quando Juiz de Direito daquela comarca, fêz minuciosa pesquisa sôbre o que ocorrera com a incipiente e malograda mineração no

Ipu. Na **Revista do Instituto do Ceará**, de 1918, publicou êle elucidativo trabalho sôbre o assunto, fazendo interessantes revelações em tôrno dessa descoberta, adiantando que com as amostras retiradas, o velho escravo despertou a atenção e a justificada ambição de elementos locais contemporâneos.

E foi certamente por isso, que a Mina de Juré, mais tarde passou a ser explorada pelo cel. Diogo Lopes de Araújo Sales, proprietário daquelas terras. Consta ter conseguido êle apurar cêrca de 280 oitavas de ouro, com a orientação "técnica" de um minerador vindo da Província de Minas Gerais, no ano de 1884. O potencial era animador, mas o cel. Diogo se viu obrigado a interromper a experiência devido à escassez d'água, segundo alguns, e em conseqüência do assassinato do mineiro, por um de seus escravos, conforme outras informações.

O cientista Thomaz Pompeu de Sousa Brasil lembrou que essas minas eram conhecidas no estrangeiro, havendo referências a elas no "Piuto Brasilienais", do Barão Eschwage, de Berlim, em 1883. Adiantou que amostras do minério extraídas das aludidas minas, a poucos quilômetros da cidade de Ipu, foram analisadas na Europa (em Londres e em Paris), na Casa da Moeda, no Rio de Janeiro e na Escola de Minas de Ouro Prêto, constatando-se, então, um teor que variava de 23 a 157 gramas de ouro por tonelada de minério.

O major José Bernardo Teixeira, espírito empreendedor e audaz, adquiriu as terras do Bom Jesus, ao se verificar a ocorrência aurífera nas mesmas, e mandou fazer um exame por dois engenheiros inglêses que passaram por Ipu no ano de 1856. Estes se mostraram otimistas com o resultado das pesquisas feitas, em vista do qual, o major Teixeira requereu concessão para explorar minerais na comarca de Ipu, privilégio que lhe foi concedido pelo Decreto do Govêrno Imperial, de 3 de outubro de 1857.

Interessado, igualmente, em tão animadoras perspectivas e no intuito de tentar a exploração dos veios auríferos do Bom Jesus, apresentou-se ao major Teixeira o Dr. Raimundo Heráclito de Carvalho, jovem engenheiro recém-formado pela Escola de Ouro Prêto.

Dêsse entendimento resultou que, em 1900 foi constituída em Ipu a "Emprêsa Cearense — Mineração da Jazida Aurífera BOM JESUS", dirigida pelo referido engenheiro e pela firma Teixeira & Carvalho. Desta fazia parte o major José Bernardo Teixeira. A Emprêsa emitiu "cautelas" de Réis 50$000 (cinqüenta mil réis) para a constituição de um capital de Réis 200.000$000 (duzentos contos de Réis), considerado vultoso àquela época. O empréstimo foi feito "sob garantia da própria mina". O clichê que se estampa nesta edição apresenta uma dessas cautelas, emitida em favor da firma José Lourenço & Comp., de Ipu, da qual era chefe meu pai, cel. José Lourenço de Araújo.

Dr. Heláclito levou a Ouro Prêto amostras do minério daquela jazida submetendo-as à análise do Diretor da Escola, o qual concluiu que o "minério exiltente no Bom Jesus era igual aos de uma das melhores minas do Transvaal".

Mas... (as cousas do Ceará sempre têm um "mas") a precariedade do meio, da equipagem, da maquinaria primitiva, aliada à pouca experiência do jovem engenheiro, fêz com que, apesar de seus ingentes esforços, os resultados não correspondessem à expectativa. Ante o fracasso iminente da exploração, o alto senso de responsabilidade do Dr. Heráclito não suportou o impacto, o desmoronamento de seus sonhol e projetos. Disso resultou ter as suas faculdades mentais comprometidas. E tudo foi abandonado... Algum tempo depois, falecia o desditoso môço no Asilo de Parangaba. A fatalidade, como um raio, fulminava o idealismo do jovem minerador.

Em 1920, tive oportunidade de visitar o local da mina do Bom Jesus. Lá ainda se encontravam, carcomido e inoperante, um velho locomóvel de caldeira vertical e um britador igualmente imprestável. Era o que restava da aparelhagem ali instalada, ao lado de uma vala que atestava o trabalho interrompido.

Além da ocorrência de ouro, afirmam os entendidos que há no município de Ipu, vários minerais à espera de um explorador, tais como prata, estanho, cobre, chumbo etc.

Diz a tradição que, no "Boqueirão da Mina", o qual é atravessado pela Estrada de Rodagem Ipu-São Benedito, na escalada da Serra da Ibiapaba, em fins do século XIX, havia, naquelas brenhas de outrora, uns remanescentes indígenas que

trocavam pedaços de prata por cachaça. Caçadores afirmavam ter conseguido desencravar das rochas fragmentos de chumbo, utilizados nas suas caçadas. Não sei até onde chega a verdade. Sei, porém, — isto eu sei! — que não só de ouro é rica a decantada terra de Iracema. É rica, sobretudo, de beleza e de poesia...

(**O Povo**, de 8-III-69).

UMA COLEÇÃO QUE É A VIDA DO BRASIL

RUBENS FALCÃO

Na Rua Pedro Pereira n.º 169, em Fortaleza, reside um homem raro. Chama-se José Oswaldo de Araújo e exerce as funções de secretário-executivo do Instituto Histórico do Ceará. Chefe de numerosa família, inteligente e acolhedor, possui um **hobby** curioso: coleciona, desde 1910, os primeiros números de quase todos os jornais e revistas que se editam no Brasil. Com isso ocupa as suas horas de folga na entidade onde é o "braço-direito" do Presidente, General Carlos Studart Filho. Quando, em 7 de setembro de 1959, Herbert Moses estêve no Ceará, procurou conhecê-lo e, na ida à sua casa, consignou em um caderno: "A coleção de jornais que visitei representa a própria vida do Brasil. Olhei para trás e naqueles jornais vivi outra vez os meus setenta e cinco anos."

Pois tive agora a mesma oportunidade que se apresentara ao ex-presidente da ABI. Fui surpreender José Oswaldo de Araújo em pleno expediente do Instituto, onde compareço na qualidade de sócio correspondente. Enquanto conversávamos e êle me contemplava com as últimas publicações do glorioso cenáculo, falou-me do seu **hobby**. Quis ver tudo e uma deliciosa manhã cearense passei-a em sua companhia, admirando aquêle trabalho de mais de meio século. Assim, tive em minhas mãos o primeiro jornal que se editou em Fortaleza, o **Diário do Govêrno do Ceará**, do padre Mororó. Fundado em 1 de abril de 1824, circulava duas vêzes por semana; a **Gazeta Cearense**, de 1830, com o relato dos festejos em regozijo do desposório de D. Pedro I com Dona Amélia; jornais de mais de cem anos, como o **Pedro II**, o **Juiz do Povo**, **O Cearense**, **A Estrêla**, **O Artista**, **A Liberdade**, **O Sol**, **O Atalaia**, **A Consciência**, **O Mucuím**, **O Carapuça** etc.; a coleção completa de **O Pão**, órgão da Padaria Espiritual; **O Jornal de Princesa**, de José Pereira, datado de 21 de junho de 1930, contendo o decreto que desligava o município de Princesa, da Paraíba. Êsse decreto era firmado pela Junta Governativa composta do mesmo José Pereira e, mais, de José Frazão Medeiros Lima e Manoel Rodrigues Sinhô; **A Liberdade**, órgão oficial do govêrno popular revolucionário do Rio Grande do Norte, de 27 de novembro de 1935, dirigido pelo Comitê Revolucinário integrado por Lauro Cortês Lago, da pasta do Interior; Sargento Quintino, da Defesa; João Batista Galvão, da Viação; José Praxedes, do Abastecimento; e José Macedo, das Finanças. (Êsse govêrno, como se sabe, durou apenas três dias). **O Zé Carioca**, mimeografado na Itália, pelos pracinhas, em 24 de outubro de 1944. Ainda na Itália, **O Cruzeiro do Sul**, em 3 de janeiro de 1945; **A Época**, o primeiro jornal que apareceu em Milão depois da guerra, com a data de 26 de abril dêsse mesmo ano; a coleção completa da Revista **Je sais tout**, de Paris. (Nessa revista há um artigo de Santos Dumont prevendo o futuro da aeronáutica). **O Maracajá**, primeiro jornal modernista do Ceará, de 7 de abril de 1929, com Rachel de Queiroz e Demócrito Rocha à testa da redação; dois jornais em esperanto: **Brazila Vivo** e **Nova Mondo**. O primeiro número de **A Tribuna**, dos irmãos Távora, de 1 de janeiro de 1921; a coleção completa da revista **D. Quixote**, de Bastos Tigre, e o primeiro exemplar do **O Cruzeiro**; a edição internacional dessa mesma revista com o primeiro certame das misses brasileiras, em 1929; **A Careta**, do primeiro ao último número. (O número 1, de 6 de junho de 1908, traz a efígie de Afonso Pena.) O primeiro número do semanário **Fon-Fon**; **Ô-Sê-Bê**, ortografia simplificada brasileira do jeneral (com "j") Bertoldo Klinger, de 1951. (O poeta Júlio Maciel, que era juiz de Direito, havendo proferido uma sentença nessa ortografia, teve-a devolvida pelo Tribunal de

Justiça). **A Marcha**, um comunista e outro integralista ambos do mesmo tamanho, o primeiro dirigido por Carlos Lacerda e o segundo por Gumercindo Dorea. **A Marcha** comunista é de 1935; a integralista, de 1953. **A Ofensiva**, de Plínio Salgado, de 17 de maio de 1934; **A Manha**, desde quando era suplemento de **A Manhã**, de Mário Rodrigues; **O Álbum**, de que era diretor Arthur Azevedo e secretário Paula Nei. Data de 1 de janeiro de 1895 o primeiro número; a primeira e a segunda fase de **A Cigarra**; o menor semanário do mundo, chamado **Vossa Senhoria**, de Pará de Minas, de 1947, com 11 centímetros de comprimento e 7 de largura; o **Correio Brasiliense**, autografado por tôdas as autoridades no dia da Instalação de Brasília, que foi também o do lançamento do jornal; **A Grande Revolução**, jornal bilíngue, editado aqui no Rio em 1967. (Boletim de divulgação da filosofia monista.) **A Verdade**, de Baturité, o jornal mais antigo do interior. Seu primeiro número é de 8 de abril de 1917; a **Gazeta do Sertão**, de Leonardo Mota, cunhado de José Oswaldo de Araújo, editado na terra natal do colecionador, a cidade de Ipu, em 6 de maio de 1913.

Não há espaço para continuar... Consta de 5 600 jornais do Brasil a coleção, sendo que sòmente do Ceará, êsse número se eleva, no momento, a 1 900. O que aqui se divulga é muito pouco. Perguntaria ao meu prezado amigo Danton Jobim se não seria interessante convidar a Associação Brasileira de Imprensa o benemérito cearense a que viesse fazer ali uma exposição dêsse vasto material. Seria "o melhor museu de imprensa da América Latina se a ABI o possuísse" — garante o ilustre Moses.

(Do jornal **O Globo**, (Rio), de 9-10-69).

CARLOS STUDART

AGNELLO BITTENCOURT

Carlos Studart, que viveu no Amazonas por muitos anos, nasceu em Fortaleza (Ceará) a 28 de março de 1862. Era filho de John William Studart, um inglês que viera de sua terra para o Brasil quando tinha 11 anos de idade, identificando-se com o Brasil por tôda a vida, dedicada ao comércio.

William Studart casou-se com brasileira, seus filhos, instruídos, se tornaram homens notáveis nas ciências, nas indústrias e no comércio, destacadamente Guilherme Chambly Studart, de renome continental pelos grandes serviços à cultura e à humanidade, mais conhecido pelo designativo honorífico — **Barão de Studart.**

Carlos Studart ficou órfão de mãe aos cinco anos de idade. Seu pai convolou novas núpcias com a cunhada D. Augusta de Castro Studart, sob cujos cuidados, inclusive educação, ficara o sobrinho e enteado. Convém registrar o carinho e a capacidade da madrasta, no ensinar-lhe as primeiras letras.

Adolescente, Carlos Studart faz sentir aos pais que desejava "começar a vida", trabalhando no comércio. Obtém permissão para seguir rumo a Pernambuco sob a orientação do Cônsul inglês, no Recife. Ali aportando, emprega-se ao serviço de uma firma que transacionava com fazendas.

É preciso recordar que, à época, a primeira colocação de um rapaz, num estabelecimento comercial, era a de "caixeiro-vassoura", fôsse êle filho de um plebeu ou de um fidalgo. Era tratado com rigor humano, chegando ao ponto do caixeiro mais graduado, aquêle que não mais pegava no espanador, nem no cabo da vassoura, nem conduzia, nas costas ou na cabeça, grandes embrulhos pelas ruas, não dar trela ao seu colega de categoria inferior. Caixeiro-vassoura era um criado de categoria. Pois, foi por êsse emprêgo que o rapazinho Carlos Studart começou.

Seu ofício consistia em fazer a limpeza da casa e conduzir para lojas de negócio, os fardos de fazenda que havia comprado. Carlos, que era um môço franzino, não se podia queixar, nem ao pêso esmagador, nem das longas distâncias. Não adiantava mudar de estabelecimento, nem de cidade. O regime era duro em

contraste com o trato na residência de sua família. A experiência lhe tinha sido adversa e acendido em sua alma a explosão de uma revolta e o amor de sua independência. Resolve regressar à casa paterna, não como o filho pródigo da fábula, que dera um salto no escuro, mas cheio daquela experiência, que se lhe transformou em lição. Foi indescritível a alegria com que o receberam em sua casa.

Nesta ocasião, ocorre uma reviravolta nos negócios de John William Studart, levando-o quase à falência. Hábil timoneiro, contorna a adversidade, pondo em ação seu barco. Tem-se visto que, no curso da história, as desgraças são gêmeas. Assim foi para a família Studart: faleceu o seu chefe John William Studart, a 20 de fevereiro de 1878 com a idade de 59 anos. Carlos segue para a Bahia (Salvador), em cuja Escola de Medicina seus irmãos acabavam de receber as láureas do estabelecimento. Sua permanência ali ensejou-lhe estudar e realizar seus preparatórios vestibulares. No interim, apareceu-lhe uma idéia nova: a de ser militar. No pressuposto, Carlos viajava para o Rio de Janeiro, a fim de ingressar na Escola do Realengo.

Recém-chegado ao Rio — diz o seu filho e biógrafo general Carlos Studart Filho — ardentemente desejava alistar-se cadete. Estava, porém, pràticamente só naquela grande e estranha cidade, sem apoio, sem amigos que o orientassem, na consecução de seus projetos; os parentes, em cuja casa se hospedara, não viam com bons olhos a esdrúxula inclinação do môço estudante pela carreira das armas e, por isso, não queriam dar-lhe o auxílio de que tanto carecia. Em tão aflitivo momento, resolveu valer-se do general Osório, então Ministro da Guerra do Gabinete Sinimbu. Procura-o em sua residência e lhe expõe os seus anelos. O velho e benemérito militar ouviu-o com bondade, logo procurou-o dissuadi-lo dêsse propósito, fazendo-lhe ver a insensatez dos seus sonhos e tôda a grandeza da pretensão. Havia poucas vagas no modelar estabelecimento de ensino, e estas destinavam-se a filhos e protegidos dos altos figurões do Império. Êle, um provinciano bisonho, sem padrinhos, nem boas amizades na Côrte, que poderia esperar? (Meu Pai, pág. 16).

Diante dos fatos, tendo gasto cêrca de três anos em tentativas frustradas, Carlos Studart regressa a Salvador e matricula-se na Escola de Medicina — realiza o curso de Farmácia, diplomando-se em 18 de setembro de 1882. Munido do seu Diploma, retorna à Fortaleza onde funda a "Farmácia Studart", no centro comercial da cidadee, a poucos passos da, já então famosa, Praça do Ferreira.

Quando Carlos Studart se retirou de Salvador para Fortaleza, já deixara um compromisso de casamento com D. Maria Elvira Morais, o que cumpriu, em Salvador, em 1883. Mas, foi um enlace transitório, pois D. Maria Elvira veio a falecer, em Fortaleza, a 12 de setembro de 1894, sem descendentes.

"Arthur Pereira Studart, farmacêutico, bacharel em direito, médico e industrial, nascido em Fortaleza a 4 de maio de 1886 e que a 30 de junho de 1910 se consorciou com a prima D. Leonísia da Cunha Studart; Hilda Pereira Studart, viúva do bacharel em direito José Maria Corrêa de Araújo, nascido em Fortaleza a 10 de novembro de 1887 e falecido no Rio de Janeiro em novembro de 1961; Beatriz Pereira Studart, viúva do bacharel em direito José Alves de Sousa Brasil, nascido em Fortaleza a 19 de dezembro de 1891; e Carlos Studart Filho, doutor em Medicina e general professor, nascido em Fortaleza a 17 de junho de 1896, casado a 13 de novembro de 1924, com d. Neusa Dinorá da Costa" (Meu Pai, pág. 18).

Carlos Studart casou-se pela terceira vez, sendo sua espôsa d. Francisca Rodrigues das Neves, de quem teve uma filha, d. Emília Studart.

Tomando parte nas atividades políticas do Ceará, entrega a gerência da "Farmácia Studart", a um seu irmão, e, logo, percorre o interior da Província em propaganda partidária e abolicionista, às vêzes correndo o risco das tocaias.

Com os lucros de sua farmácia, aproveita os ensejos e adquire propriedades, no sertão. Durante cêrca de três anos de andanças, esquadrinhou muitos municípios, até regressar definitivamente à Capital.

Não lhe interessavam cargos públicos. Certa ocasião, todavia, aceitou a função de Preparador de Química, no Liceu do Ceará, e os trabalhos de farmacêutico da Santa Casa de Misericórdia.

A Amazônia, no último decênio do século passado e no atual, era a Golconda do Brasil. O Nordeste movia-se rumo às florestas do Rio-Mar.

Carlos Studart resolveu partir com a família. Ia enfrentar o incógnito da terra misteriosa e acolhedora.

Deixa Fortaleza, a 4 de junho de 1899 e aporta a Manaus, em 12 do mesmo mês. Não era um "retirante forçado", que ali chegava, mas um voluntário do destino, que não tinha as algibeiras vazias. Saltando, viu que pisava em terra firme, cercado de gente de expressões acolhedoras, que lhe fizeram aumentar e vibrar as esperanças. Chegou, viu e haveria de vencer.

Semi-ambientado, sobretudo no seio da numerosa "colônia cearense", cruza o centro da cidade, numa época em que se iniciava o rush da valorização da borracha. Encontra, na esquina da florescente Av. Eduardo Ribeiro e da Rua Municipal, mais tarde Av. Sete de Setembro, o ponto estratégico para assentar a base dos seus esforços, e, aí, instala a "Farmácia Studart", homônima daquela que fundara e deixara em Foraleza. Estava montado cavaleiro para as lutas do comércio e da riqueza.

O estabelecimento vivia abastecido de drogas nacionais e estrangeiras, do que havia de mais moderno e acreditado. A "Farmácia Studart" não havia mãos a medir nas preferências de uma grande freguesia.

Studart prosperou ràpidamente. Sua residência particular enchia-se de conterrâneos. Com a franqueza que lhe era habitual, sua mesa de refeições, máxime nos domingos e feriados, parecia a de um patriarca. E êle o era, espiritualmente.

O irmão do Barão de Studart tinha na alma e no sangue algo dos seus antepassados, da linha paterna: qualquer coisa de nômade e de aventureiro. E, pela etnia materna, o mesmo fenômeno, traçado pelo atavismo: os nordestinos dizem-se as pessoas mais "andejas" do mundo. Onde quer que se chegue, nos páramos da China e do Japão, encontram-se filhos da terra de Iracema.

Durante os 30 anos em que estêve no Amazonas, pequenos espaços de tempo permaneceu na sua farmácia. E que o seu "espírito de direção", na sua ausência, ficava ótimamente entregue ao escalão da competência e da lealdade.

Na gíria popular, era homem que não esquentava lugar.

"Itinerante incansável, Studart derivou repetidas vêzes para o Velho Continente, e, entre 1905 e 1911, cruzou, ora só, ora acompanhado da família, 12 vêzes o Atlântico." (Obra cit. pág. 31). Em suas excursões, visitou os países em que nasceram os trisavós, os Studart.

Depois da Primeira Grande Guerra, suas viagens também por várias vêzes, eram para o Ceará e para o Rio de Janeiro.

Dentro do Amazonas, consta ter feito, apenas uma viagem: estêve no rio Juruá, até S. Filipe, hoje, Eirunepé.

Em 1921, liquidou seus negócios em Manaus e transferiu-se para São Paulo, fazendo-se industrial, manipulando o seu "Leite de Colônia", de extraordinária procura. Foi êste produto de beleza com que o coronel Carlos Studart recheou sua algibeira, em pouco tempo, tornando-se milionário. Parte de sua fortuna, empregou na construção de dois grandes arranha-céus, no Rio de Janeiro, dando a um dêles o nome de "Manaus", grata lembrança da terra hospitaleira.

Carlos Studart era um homem franzino. Sua estatura ia pouco acima da mãe e nascera com um defeito vocal, que o privava da articulação perfeita da fonação de certas sílabas. Foi isto, sem dúvida, que impressionou o general Osório, quando o rapaz pretendeu seguir o curso das armas. Mas, o destino reservara-lhe uma ânfora de ouro, que seria a sua "Farmácia Studart"; com o seu trabalho, e êle a fêz transbordar. Com o seu espírito de caridade, dessedentou a milhares de pessoas, que iam bater à sua residência.

Por ocasião do seu centenário de nascimento, a 28 de março de 1962, recebeu de parentes, amigos e conhecidos, uma verdadeira consagração. Era o prêmio da virtude, vindo a falecer, no doce aconchego da família e da consternação geral, destacadamente do Amazonas, no Rio de Janeiro, quando já havia completado 102 anos de idade.

(Jornal do Comércio, de Manaus, 26-V-68).